



Expansão Metropolitana, Mobilidade Espacial e Segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas

José Marcos Pinto da Cunha¹
Alberto Augusto Eichman Jakob²
Maren Andrea Jiménez³
Isabela Luhr Trad⁴

Introdução

A Região Metropolitana de Campinas, hoje com mais de 2,2 milhões de habitantes é, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes regiões do país, não apenas por sua força econômica, mas também por se tratar de um dos mais importantes pólos tecnológicos brasileiros. No entanto, ao mesmo tempo de que se expandiu e assumiu essa posição proeminente no cenário paulista e nacional também acumulou - e continua acumulando – alguns passivos indesejados, muitos deles observados na maioria das metrópoles brasileiras: alta concentração de pobreza, desemprego, violência, crescimento e desenvolvimento socioeconômico desigual e, sobretudo, um forte grau de segregação social no interior de seu território.

Se é possível pensar que seu tamanho, grau de concentração populacional, sua dimensão e disponibilidades territoriais, por um lado, e suas características econômicas por outro, dão a esta região vantagens comparativas nos tempos de reestruturação produtiva e globalização, também é verdade que tais predicados não parecem ter se resultado em uma sociedade com menor heterogeneidade, seja em termos sociais ou mesmo em termos espaciais: a Campinas da população mais abastada não apenas é muito distinta daquela reservada para população de

¹ Demógrafo, professor do IFCH e pesquisador do Nepo, ambos da Unicamp.

² Demógrafo, bolsista de pós-doutoramento (CNPq) no Nepo, Unicamp.

³ Doutoranda da Universidade do Texas, pesquisadora visitante do Nepo, Unicamp.

⁴ Graduanda em Geografia, Bolsista PIBIC, Nepo, Unicamp.

mais baixa renda em termos das disponibilidades de infra-estrutura e serviços, como também o é em termos dos espaços ocupados por ambas camadas sociais.

Na verdade, a despeito dos debates existentes acerca da intensificação da dualização das cidades (Sassen, 1998) e dos argumentos (e indícios empíricos) de algumas posturas distintas como as de Préteceille (2000) a verdade é que na RM de Campinas, ainda hoje se percebe que o modelo “centro-periferia” é claramente observado. Esse modelo, embora predominante, também se mescla com outro com características distintas, o qual reflete, por um lado, pela a dinâmica de algumas sedes municipais que já existiam muito antes do processo de metropolização ver-se instaurado⁵ e, por outro lado, pela expansão das áreas destinadas à população mais abastada que, seguindo uma tendência generalizada nas grandes metrópoles, busca áreas mais distantes do centro para sua residência.

Os dados analisados neste estudo dão conta de que, em termos demográficos, o crescimento e a expansão de RM de Campinas esteve diretamente ligado à migração, em particular aquela proveniente de fora da região, o que lhe empresta um caráter peculiar (Cunha e Baeninger, 1994) se comparada, por exemplo, à RM de São Paulo onde os fluxos intrametropolitanos foram bem mais importantes (Cunha, 2001).

Os mesmos elementos que a bibliografia destaca como fundamentais para a produção do espaço intrametropolitano (Gottediener, 1993, Castells, 1976, Caiado, 2003⁶) de certo também estiveram presentes na região. No entanto, também aqui algumas especificidades podem ser destacadas, sendo estas certamente as responsáveis pelo comportamento migratório supra citado. De fato, não há como negar que fatores como a ausência de alternativas de habitação e, de maneira mais geral, de loteamentos populares por várias décadas no município sede, Campinas, fizeram com que a região incorporasse com muito mais vigor e velocidade novas áreas para abrigar a população, em particular a de mais baixa renda. Contudo, esta mesma falta de opções tornou muito mais intenso os processos de ocupações que somente no município de Campinas chegam a mais de 120. Ademais, a emergência de novas tendências locacionais, como aquelas representadas pelos condomínios fechados, também contribuíram para uma alocação da população cada vez mais distante do centro regional.

⁵ Embora o processo de metropolitização já começa a ser visível nos final dos anos 70, a Região Metropolitana de Campinas foi criada pela Lei Complementar nº 870, de 19/06/2000 e configurada a partir de 19 municípios.

⁶ No caso de Célia Caiado (2003), esta realiza uma interessante síntese e avaliação das principais linhas teóricas que tentam explicar a produção do espaço urbano.

Nesse sentido uma das primeiras questões que emergem desta análise seria avaliar em que medida a expansão da metrópole se deve apenas ao espraiamento urbano (*urban sprawl*) desde sua sede. Nesse sentido deve-se atentar para a natureza do fenômeno da “periferização” regional, na medida em que parte desta expansão dá-se a partir das sedes dos municípios ou núcleos populacionais secundários.

De qualquer forma, independentemente da forma como se considere ou diferencie o processo de expansão da mancha urbana metropolitana, o que se percebe na região é que este trouxe no seu bojo um inequívoco e visível processo de segregação espacial da população que, como será mostrado, também tem características peculiares sendo a mais intrigante a definição de espaços bem delineados onde se aloca a população segundo sua condição econômica.

Desta forma este estudo depois de uma breve e necessária análise da dinâmica demográfica e seus impactos na expansão da metrópole e os eixos deste processo, procede a uma avaliação dos níveis e características de segregação sócio-espacial existente, apresentando evidências empíricas deste processo através de ilustrações e índices.

O estudo também demonstra que o padrão de distribuição espacial da população observado na região tem rebatimentos importantes nos deslocamentos diários das pessoas - o que denominamos de mobilidade pendular -, neste trabalho considerado tanto do ângulo dos dados censitários quanto dos dados da pesquisa origem/destino da Emplasa para a região.

I. Alguns elementos da configuração e estruturação da RM de Campinas

A dinâmica de formação e expansão da RM de Campinas, área composta por 19 municípios e com cerca de 2,5 milhões de habitantes, apresenta estreita semelhança com o que se verificou em outras metrópoles do país, ou seja, deu-se em função de taxas expressivas de crescimento populacional e pela periferização do crescimento físico-territorial, muito embora neste caso também existam claros indícios de que processos diversos, como o crescimento de subúrbios⁷ e de municípios outros que não a sede também tiveram impactos.

⁷ Este e outros termos têm sido usados para representar fenômenos diferentes. Embora importante do ponto de vista conceitual, esta discussão levaria a uma ampliação, no momento desnecessária, do estudo, além de desviá-lo de seu objetivo principal. Este tema certamente será ponto de reflexão no futuro por parte do projeto do qual este estudo faz parte.

Assim, na região se assiste, por um lado, uma “extensão” da mancha urbana configurada como um clássico processo de periferação, onde os limites político-administrativos na maior parte das vezes acabam sendo puras abstrações ou arbítrios, e, por outro lado, pelo crescimento de núcleos urbanos de outros municípios que, em alguns casos, como Americana, acabam por formar suas próprias periferias.

Não obstante o caráter metropolitano destes fenômenos, percebe-se que todos estes elementos se reproduzem ou são reflexos do que ocorre no âmbito intra-municipal. No caso do município de Campinas, as suas áreas ou vetores de expansão, em geral coincidem em direção com os principais movimentos de desconcentração demográfica para outros municípios, o mesmo ocorrendo com a sua diferenciação sócio-espacial, fato que torna o seu estudo em conjunção com outros já realizados (Cunha e Oliveira, 2001 e Hogan et al., 2001) uma contribuição para melhor delinear-se a problemática metropolitana.

A partir dos anos 60, principalmente 70, Campinas recebe grandes investimentos governamentais tornando-se um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado inclusive devido à desconcentração verificada a partir da Região Metropolitana de São Paulo o que elevou enormemente o seu ritmo do crescimento populacional, assim como da região como um todo (Tabela 1).

Tabela 1

Tudo isso levou a um crescimento desordenado criando para Campinas todos os problemas das grandes metrópoles, tais como a falta de moradia e o consequente processo de favelização, especulação imobiliária desenfreada, baixos salários entre muitos outros. Esse processo gerou um padrão de crescimento físico com áreas intermediárias vazias e horizontalização com grande ação especulativa mercantil.

Durante a década de 80, a população desconcentra-se da cidade de Campinas dirigindo-se aos municípios vizinhos, o que acabou por transformar alguns deles em municípios-dormitórios. No entanto, como já se destacou, vários dos municípios metropolitanos, por suas dinâmicas próprias, embora totalmente integrados regionalmente acabam não exercendo esta função. Tal fenômeno deu-se por dois motivos: primeiro foi a industrialização dos municípios vizinhos que lhes conferiu uma dinâmica própria em harmonia com a cidade sede e não cidades satélites em torno da cidade principal, e depois porque estas cidades em muitos casos desenvolveram suas próprias periferias.

A expansão físico-territorial, desdobrada a partir de Campinas, assenta-se na dinâmica da expansão horizontal, que produz espaços descontínuos, com ocupação rarefeita, principalmente nas direções sudoeste e sul, absorvendo progressivamente porções dos municípios vizinhos. Esse tipo de expansão urbana é em grande medida engendrada pelas características do parcelamento do solo para fins urbanos, e também resulta do impacto das políticas públicas setoriais, como a de transporte, bem como do caráter da legislação urbanística de cada um dos municípios metropolitanos que acabam tendo implicações na ocupação diferencial dos sub-espacos que, em grande medida se baseia nas discrepâncias do preço do solo.

Esse processo tem um paralelo em várias das cidades menores da região metropolitana, onde o sistema rodoviário e o dinamismo econômico-regional são vantagens comparativas que propulsionam o seu crescimento. A ocupação territorial resultante, então, é a soma da expansão horizontal do município sede com a das outras cidades, formando o tecido urbano irregular mencionado acima.

O Mapa 1, que mostra os espaços com maior e menor crescimento demográfico da região, sugere os principais eixos de expansão da RM de Campinas⁸, a maior parte deles seguindo a direção das principais vias de acesso regional. Além disso, pode-se perceber ao menos quatro direções para as quais a população tem crescido de maneira muito mais intensa, ou seja, no rumo nordeste do município de Campinas (envolvendo os distritos de Souzas e Joaquim Egídio); norte em direção a Paulínia; sudoeste em direção a Indaiatuba; finalmente seguindo a Rodovia D. Pedro I rumo ao sudeste. Não obstante, como se mostrará mais adiante, isso não significa que sejam estes os eixos que concentram a maior parte da população.

Enquanto três direções (oeste, sudoeste e norte) destacam-se por consolidarem áreas cuja ocupação foi induzida pela ofertas imobiliárias para a população de mais baixa renda, em duas outras (nordeste e sudeste) percebe-se uma maior concentração de áreas com maiores atrativos para a população de mais alta renda, como os condomínios fechados, as áreas de preservação e até mesmo um complexo de atividades de alta tecnologia.

Vale destacar uma particularidade do eixo oeste estruturado pela via Anhangüera. Na verdade, este vetor de expansão da região metropolitana engloba o município de Americana que, como já se salientou, claramente possui um dinâmica mais autônoma com relação a

⁸ Uma proposta sobre os vetores de expansão metropolitana também pode ser encontrada em Davanzo (1992).

Campinas, tendo formado inclusive sua própria periferia, como é o caso do município de Santa Bárbara d'Oeste e também Nova Odessa. Desta forma, chamar-se-á esta sub-área “eixo Oeste B”, deixando a denominação de Oeste A para os municípios de Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa e Monte Mor.

Também é importante notar a especificidade do eixo Norte. Nesse caso, a existência de um pólo petroquímico no município de Paulínia parece ter tido impacto mais direto na expansão urbana, em geral, de característica predominantemente popular. No caso específico de Paulínia, o poderio econômico possibilitado pela Refinaria Replan e todos os seus efeitos multiplicadores lhe confere uma clara distinção como outros municípios ditos “periféricos”; em termos demográficos, implica, por exemplo, na baixa incidência de mobilidade pendular e uma grande retenção de população. Além disso, hoje já é possível observar ao longo de uma das vias de ligação Campinas/Paulínia (a chamada “estrada da Rodhia”) o surgimento de vários condomínios fechados de padrão médio que parecem atender, pelo preço mais acessível, uma demanda por parte das classes.

Como se pode perceber, existem várias direções para as quais a população metropolitana se expande, contudo, estas não são homogêneas tanto no que diz respeito ao ritmo de crescimento demográfico e características socioeconômicas, quanto em termos de suas funções metropolitanas. Como se observa na Tabela 2, algumas direções têm sido mais privilegiadas nos processo de espraiamento metropolitano, como é o caso já comentado do eixo Oeste.

De fato, pelos dados apresentados, fica claro que por apresentarem um crescimento demográfico muito acima da média regional, os municípios deste eixo, em especial Hortolândia e Sumaré (Oeste A) foram os que abocanharam maiores parcelas da população regional. Este comportamento apenas reforça um dos principais condicionantes de processo de redistribuição espacial da população na RM de Campinas: a busca por duas por localizações que aliem preços da terra mais barato e fácil acessibilidade.

Mapa 1⁹

No caso dos demais eixos, embora os ganhos relativos de população tenham sido

⁹ Este, como a maior parte dos mapas aqui apresentados com informações em nível de setores censitários, foi criado a partir de técnicas de interpolação de dados (krigagem). Para informações sobre esta técnica, ver Jakob (2004).

pequenos, alguns deles guardam algumas especificidades importantes para a constituição regional, em particular para o seu processo de segregação sócio-espacial. Este é o caso, por exemplo, do eixo centro-sudeste envolvendo Valinhos e Vinhedo, onde além de um crescimento demográfico significativo, são as áreas onde se localiza a população de mais alta renda.

Finalmente, cumpre destacar dois municípios, Indaiatuba e Monte-Mor que, muito embora representem uma pequena parcela da população metropolitana, acabam tendo um papel importante na expansão da mancha urbana na medida em que seus territórios fazem divisa com subáreas do município de Campinas que ainda crescem a taxas bastante elevadas, como é o caso da região sul e sudoeste (ver Mapa 2). Assim sendo, mesmo ainda não representando uma fatia demográfica importante da região, certamente podem ser consideradas áreas potenciais de grande crescimento, que será favorecido pelo “transbordamento” da sede regional.

Tabela 2

População, participação relativa na região e taxa de crescimento demográfico médio anual por municípios.

Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

II. A migração como estruturador da dinâmica demográfica regional

Não é de se estranhar que, com um crescimento demográfico tão intenso nos últimos trinta anos, o componente migratório e seus condicionantes sejam os elementos preponderantes para se entender o processo de expansão e consolidação desta metrópole.

Como mostra claramente a Tabela 3, mesmo que a intensidade da migração líquida (ou saldo migratório) tenha sofrido uma pequena redução, ainda se percebe que os ganhos populacionais regionais cresceram de uma década para a outra como atesta o incremento dos saldos médios anuais calculados (de cerca de 26,1 para 27,7 mil pessoas). Estes dados confrontados com o crescimento demográfico da Tabela 2 permitem perceber o impacto que os ganhos migratórios de vários dos municípios tiveram sobre suas dinâmicas demográficas.

Entre estes municípios destacam-se Hortolândia e Sumaré, pelos grandes volumes de ganhos populacionais que, no primeiro caso, também implicou em grande impacto no ritmo de crescimento demográfico. Além deles, outros municípios periféricos também mostraram taxas de migração líquida importantes que, muito embora não reduza a relevância do fenômeno, sobretudo por refletir o papel destas áreas no processo de expansão regional, são mais um reflexo do tamanho ainda modesto de suas populações do que propriamente um indício do alto grau de atração migratória exercida.

Tabela 3
Saldos Migratórios médios anuais e intercensitários
Região Metropolitana de Campinas
1980/2000

No que tange à “natureza” da migração registrada na região, ao menos duas observações são importantes: a primeira diz respeito ao peso relativo da migração da migração interestadual e intra-estadual em detrimento da intrametropolitana no total dos migrantes registrados na região; o segundo refere-se ao incremento, nos anos 90, da migração proveniente do próprio Estado de São Paulo.

Enquanto o primeiro aspecto reflete um caráter bastante peculiar da RM de Campinas, ou seja, que mesmo os municípios ditos periféricos têm na migração externa um dos principais componentes de seus crescimentos, o segundo indica que, a despeito da relativa queda da migração proveniente de outros estados, a região ainda exerce forte atração dos fluxos migratórios, em especial aqueles originados na Região Metropolitana de São Paulo¹⁰ (Tabela 4).

No entanto, quando a análise volta-se para a emigração desencadeada em cada um dos municípios metropolitanos se tem uma visão mais realista do peso dos deslocamentos internos. É o que se pode apreciar no Gráfico 1.

Nele fica claro que, na RM de Campinas, uma parcela significativa das pessoas que deixaram os seus municípios dirigiram-se para outro município da região (mais de um terço no

¹⁰ Baeninger (2004) mostra que, segundo o Censo Demográfico de 2000, a RM de Campinas recebeu, no período 1995/2000, cerca de 63.553 migrantes provenientes da RM de São Paulo, o que corresponderia a cerca de 30% do total de seus imigrantes externos e mais da metade dos migrantes com origem no próprio Estado de São Paulo.

qüinqüênio 1995/2000). Como será visto, muitos movimentos tiveram o município sede como origem e refletem claramente o processo de expansão da metrópole já comentado.

O que talvez mereça uma atenção especial seja a redução do peso de migração intrametropolitana entre os qüinqüênios 1985/1991 e 1995/2000¹¹, mesmo frente a um aumento do seu volume (Tabela 4) que de cerca de 52 mil pessoas passou para mais de 64,5 mil. Este fato se explica pelo aumento significativo, nos dois períodos considerados, tanto da migração para outras áreas do Estado de São Paulo (que incrementou de 47,6 mil para mais de 66,2 mil migrantes), quanto para outros estados (de 23,4 mil para 44,6 mil indivíduos), o que sugere os impactos da crise econômica dos anos 90 no poder de retenção migratória dos grandes centros paulistas, bem como do próprio estado que tem experimentado perdas populacionais consideráveis muitos destas ligadas à migração de retorno (Cunha, 2003).

Tabela 4
Composição da Imigração por lugar de origem, segundo municípios
Região Metropolitana de Campinas
1986/91 e 1995/2000

Gráfico 1

Tendências de migração intrametropolitana e mobilidade pendular

Mesmo tendo predominado a migração de origem externa na maioria dos municípios metropolitanos, a migração intrarregional teve um importante significado para a região, muito embora o seu comportamento tenha sido diferenciado segundo os municípios, em particular se considerados segundo os eixos de expansão anteriormente identificados. Vale lembrar que

¹¹ Nesta altura vale uma nota metodológica. Formalmente os dados do Gráfico 1 mostram que houve uma redução importante do peso relativo da migração intrametropolitana dos anos 70 em diante, contudo, pode-se afirmar que tal redução não corresponde necessariamente à realidade, uma vez que os dados daquela década (Censo de 1980) são de natureza distinta do dado das duas outras décadas (Censo 1991 e 2000). Enquanto no primeiro caso o dado diz respeito à última etapa do indivíduo, nos últimas referem-se à residência 5 anos antes. Como no contexto intrametropolitano pode-se supor uma intensa mobilidade residencial, este último tipo de dado tende a subestimar as mudanças de residência dentro da área. Assim muitos migrantes classificados como “externos” por esta forma de captação poderiam ser considerados com internos pela informação sobre última etapa. Assim sendo, a comparação entre usando o Censo de 1980 pode estar comprometida, tendo sido utilizada apenas como exercício.

estes eixos de alguma forma revelam distintas formas de funcionalidade, complementariedade e integração de cada um dos municípios ao contexto metropolitano.

Pelos dados apresentados na Tabela 4, percebe-se claramente que na medida em que a região vai se consolidando, o peso da migração intrametropolitana, ao longo das últimas duas décadas, incrementa-se nos municípios dormitórios onde residem a população de baixa renda, como os do eixo Oeste, Hortolândia, Nova Odessa, e também em outros que abrigam os estratos socioeconômicos mais abastados como Valinhos.

Quanto às principais origens destes movimentos internos os dados são indiscutíveis sobre a importância do município sede como a principal área de origem destes movimentos. Para que se tenha uma idéia do que isso significa, os deslocamentos populacionais registrados desde Campinas responderam por cerca de 48% e 43% do total de pessoas que mudaram de residência nos quinquênios 86/91 e 96/00 respectivamente. Seguem em importância os municípios de Americana e Sumaré com cerca de 11% das mudanças de domicílios.

Em termos dos fluxos estabelecidos entre os municípios, os Mapas 2 e 3 são bem ilustrativos das principais tendências regionais as que se destacaria:

- O aumento dos deslocamentos entre as décadas de 80 e 90;
- As importantes transferências de Campinas para os municípios vizinhos e com características nitidamente de “dormitórios” como Hortolândia, Sumaré. O mesmo ocorre com Valinhos muito embora provavelmente com um perfil diferenciado de população segundo categoria socioeconômica ;
- A caracterização de Americana como sub-centro regional, configurada a partir de suas trocas populacionais com municípios vizinhos de Santa Bárbara d’Oeste e Nova Odessa;
- Volumes menores mais indicativos da desconcentração do município de Campinas para o eixo sudoeste.

Obviamente que este volume de movimentação intrametropolitana, assim como a maior concentração dos migrantes externos nos municípios vizinhos a Campinas, em particular naqueles caracterizados pela maior concentração da população de baixa renda, tem como um dos seus corolários a intensificação dos deslocamentos diários das pessoas na região em

função da grande concentração das na sede regional das atividades produtivas, em particular aquelas ligadas ao setor de serviços, comércio e construção civil.

Na verdade, também a localização de várias empresas fora dos limites de Campinas, em particular possibilitada pelas rodovias que integram a região e, claro, pelos incentivos fiscais oferecidos pelos municípios, tem implicado em movimentos de trabalhadores (em geral mais qualificados) em sentido contrário. No entanto, em termos de volume não há dúvidas sobre a força atrativa de Campinas sobre o movimento diário de trabalhadores.

Como se percebe na Tabela 5, o volume de movimentos pendulares é importante para muitos dos municípios entre eles o pólo regional, Campinas, o subpólo Americana, e os municípios dormitórios Hortolândia, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste. No entanto, quando estes dados são comparados com as respectivas populações, em particular a população economicamente ativa, percebe-se que apenas para alguns municípios o impacto de mobilidade é grande refletindo, portanto, suas reais funções de áreas “dormitórios”.

Mapas 2 e 3

Movimentos migratórios intrametropolitanos

Região Metropolitana de Campinas

1986/1991 e 1995/2000

Assim sendo, os dados mostram que apenas os municípios do eixo oeste são aqueles que, na verdade, dependem muito do mercado de trabalho de outros municípios, em particular Campinas (ver última coluna da Tabela 5). Nos demais, embora significativos, este tipo de deslocamento não envolve um percentual importante da PEA local.

Vale destacar, no entanto, que no caso dos municípios vizinhos, como Paulínia e Valinhos, mesmo com menor volume de mobilidade pendular, Campinas continua sendo a principal área de destino dos trabalhadores que devem fazer um deslocamento intermunicipal para exercerem suas atividades diárias.

Tabela 5

População economicamente ativa, mobilidade pendular por municípios

Região Metropolitana de Campinas, 2000

Os Mapas 4 e 5 mostram de maneira esquemática as principais tendências assinaladas, assim como atestam a intensificação deste fenômeno ao longo do processo de consolidação da Região Metropolitana de Campinas.

É interessante notar que este mesmo cenário obtido pelos dados censitários - e que dizem respeito apenas aos deslocamentos diários por motivos de trabalho ou estudo -, também se reproduz quando a informação se refere à totalidade viagens por transportes coletivos dentro da metrópole. De fato, como atestam os dados da “Pesquisa Origem/Destino”¹² realizada em 2003 pela EMPLASA na região, as viagens realizadas ao redor das 7:00 hs da manhã são em sua grande maioria direcionadas para Campinas e, em menor medida, para Americana, comportamento que atesta o grau de centralidade desta duas áreas, em especial, da primeira.

Mapas 4 e 5

Principais fluxos de mobilidade pendular da PEA regional Região Metropolitana de Campinas 1980 e 2000

III. A Heterogeneidade sócioespacial da metrópole

As tendências da redistribuição espacial da população regional apresentadas até aqui, bem como a natureza de seus condicionantes¹³, tiveram como um de seus mais importantes corolários a constituição, na área metropolitana, de um significativo grau de segregação sócioespacial.

Muito embora, na região coexistam áreas com distintos graus de homogeneidade socioeconômica, é marcante a diferenciação existente. Nesse sentido, os dados aqui apresentados atestam para a importância de considerar o espaço como categoria analítica para

¹² Este mapa foi produzido no âmbito do projeto “Elaboração do Plano Integrado de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Campinas”, coordenado pelo Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) em colaboração como o Núcleo de Estudos de População (Nepo).

¹³ Neste texto optou-se por não desenvolver este aspecto para não alongar demasiadamente o texto. Na verdade, assim como em outras grandes metrópoles (Cunha, 1994) pelo menos dois elementos jogam decisivamente para este processo: a dinâmica do mercado de terras e a localização da atividade produtiva. Para maiores detalhes sobre estes aspectos ver, por exemplo, Davanzo, 1992 e Ipea/Infurb/Unicamp-IE-Nesur, 2002.

se entender as condições de vulnerabilidade¹⁴ das famílias uma vez que, nas áreas mais segregadas da região, à condição desvantajosa em termos econômicos se aliam situações de falta ou precariedade dos serviços públicos, infra-estrutura etc¹⁵.

Uma das variáveis que melhor demonstra as diferenças espaciais em termos da infraestrutura domiciliar refere-se ao número de banheiros¹⁶. Observando a evolução deste indicador entre 1991 e 2000 percebe-se uma significativa melhoria e uma maior concentração das condições mais precárias nas áreas mais periféricas do município de Campinas (em particular no sudoeste), assim como focos significativos no eixo oeste envolvendo os municípios de Hortolândia, Paulínia e Sumaré. No caso de Campinas estas situações coincidem com áreas onde existem importantes ocupações de terra e loteamentos mais recentemente configurados.

A situação desfavorável do eixo oeste e sudoeste da região em termos da infraestrutura domiciliar volta a apresentar-se quando se observa a renda per capita familiar. Como se percebe nos Mapas 8 e 9, na RM de Campinas vai se delineando progressivamente uma “cordilheira da riqueza”¹⁷ na porção leste em contraposição à maior concentração de população de baixa renda oeste. Este modelo espacial não guarda qualquer semelhança com a idéia de anéis, delineado em outras regiões como a RM de São Paulo (Bogus e Taschner, 2000), mas expressa o modelo “centro-periferia” em outros moldes tendo a Rodovia Anhangüera como um verdadeiro divisor de águas.

Mapas 6 e 7

Mapas 8 e 9

¹⁴ Entende-se por vulnerabilidade “... como a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos sócio-econômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração” (Kaztman, 2000:7).

¹⁵ Sobre esta questão vale a pena considerar o debate “A pesquisa sobre segregação: conceito, métodos e medições”, reproduzido na revista Espaço & Debates, número 45, particularmente as falas de Haroldo Torres e Flávio Villça.

¹⁶ Outras variáveis poderiam ser incluídas nesta análise, particularmente aquela relativa ao esgotamento sanitário. Contudo, considera-se que a variável escolhida, por refletir muito mais que a disponibilidade de um determinado serviço, é muito mais poderosa para mostrar a realidade das diferenciações existentes na metrópole em termos domiciliares.

¹⁷ Este termo, que busca uma analogia com as ilustrações relativas ao relevo, foi usado no Atlas produzido pelo Nepo e Nesur “Campinas Metropolitana”. Para mais detalhes, ver Nepo/Nesur/Unicamp, 2004 ou <http://www.unicamp.br/nepo>.

Outro aspecto importante a destacar e que aflora dos mapas em questão refere-se à evolução do processo de concentração espacial da riqueza, e consequentemente da pobreza na região. Percebe-se, observando o Mapa 8 (relativo a 1991) e 9 (para 2000), que houve claramente um espraiamento tanto de um como outro atributo na região - em termos dos mapas, uma extensão das cores fortes (riqueza) e mais claras (pobreza) -, contudo este fenômeno continua a ter uma expressão espacial muito clara, ou seja, visivelmente concentradas em áreas distintas da metrópole.

Em suma, pode-se dizer que o padrão de segregação existente na RM de Campinas, embora bastante particular, é bem evidente, sendo delineado claramente em sintonia como o sistema viário principal. No caso do município de Campinas, a rodovia Anhanguera pode ser considerada um verdadeiro divisor de áreas, separando o centro da periferia sul do município. Enquanto os espaços ao sul da rodovia seriam constituídos por uma população com menor poder aquisitivo e com domicílios mais precários¹⁸, do outro lado da rodovia, nos anos 90, começa a delinear-se uma “cordilheira da riqueza”, um espaço caracterizado predominantemente¹⁹ por famílias menores, mais abastadas e morando em domicílios não apenas com melhor infra-estrutura, mas também com uma rede de serviços de melhor qualidade que aqueles da outra área citada.

IV. A segregação sócioespacial em Campinas: medidas e outras evidências

Este tópico busca apresentar de uma forma mais sintética alguns indicadores de segregação que, de alguma maneira refletem a desigualdade sócioespacial assinalada anteriormente. Nesse sentido, foram calculados “índices de dissimilaridade”²⁰ tendo como

¹⁸ Dados não apresentados mostram que também são estas regiões que registram as maiores proporções de crianças e população em idade escolar. Para mais detalhes, ver Nepo/Nesur/Unicamp (2004).

¹⁹ A concepção de segregação aqui utilizada toma em conta os espaços com maiores concentrações relativas de determinada característica, uma vez que não se pode pensar que o tecido urbano seja homogêneo, mesmo que considerado em subespaços menores, como é o caso dos setores censitários aqui utilizados.

²⁰ Criado por Duncan e Duncan (1955), este índice (representado por D) é a medida mais freqüentemente usada na literatura norte-americana sobre a segregação espacial. O índice representa a proporção de membros de um grupo social que teriam que mudar de residência para tornar a sua distribuição nas unidades territoriais igual àquela apresentada no universo (Massey e Denton, 1988, Wilkes e Iceland, 2004). O índice varia entre 0 e 1, onde 0 indica igualdade total da distribuição dos dois grupos, e onde 1 indica segregação total entre os dois grupos. É importante notar que o índice de dissimilaridade não é uma medida de segregação absoluta, uma vez que ele sempre toma em conta a relação espacial entre *dois* grupos.

variável-base a renda per capita dos chefes dos domicílios e a unidade espacial de referência os setores censitários.

Mesmo sabendo das dificuldades deste tipo de índice para avaliar o fenômeno em questão, em particular tendo em vista sua variabilidade conforme a unidade espacial estudada (Vignoli, 2001, Préteceille, 2004), considerou-se interessante contar com um índice sintético de maneira a avaliar as mudanças ocorridas ao longo dos anos 90 na região, década que, como já se observou, representa um marco importante para a consolidação do processo de metropolização.

Antes, porém, é fundamental observar que o padrão assumido pela diferenciação sócioespacial da RM de Campinas leva a algumas situações bem interessantes em termos da heterogeneidade do tecido urbano.

Como se percebe no Mapa 10, onde são representados os coeficientes de variação²¹ para a renda média dos chefes de domicílios dos setores censitários, a porção leste da região é a que apresenta os maiores níveis de heterogeneidade. No outro extremo, na porção oeste, que abriga os principais municípios dormitórios da metrópole, é visível um grau muito maior de homogeneidade espacial.

Traduzido para se entender o padrão de ocupação regional, isso significa que a expansão demográfica ao estilo “mancha de óleo”, que ocorre em várias direções, tem implicado, no setor da “cordilheira da riqueza”, uma importante mescla de situações socioeconômicas que envolvem, não apenas a convivência de importantes empreendimentos imobiliários - em particular condomínios fechados - e bairros mais antigos e populares, mas também um volume significativo de favelas e ocupações.

Pode-se considerar, assim como faz Rolnik (1999), que este tipo de expansão obedeceria não apenas a lógica de demarcar aquelas áreas capazes de gerar maiores densidades e intensidades de ocupação, mas também buscar localizações altamente diferenciadas ou exclusivas. Ao que tudo indica, estes espaços estão sendo progressivamente direcionados aos ricos, que atualmente vêm buscando a segurança e a paz do isolamento e do “verde”,

²¹ Calculado como o quociente do “desvio padrão” e a “renda média” do setor. Quanto mais elevado o valor do índice, maior será a variabilidade das características dos residentes no respectivo setor censitário. Assim, este índice é aqui utilizado para aferir a “homogeneidade” espacial existente na região e em seus setores censitários em termos da renda.

amenidades que são oferecidas tanto no eixo nordeste, quanto no sudeste, em particular em Vinhedo e Valinhos (Pires e Santos, apud, Fonseca et al., 2002).

Mapa 10

É interessante notar que este padrão de segregação residencial na RM de Campinas está em consonância ao considerado por Sabatinni, Cáceres e Cerda (2001). Estes autores também observam, para Santiago, que uma grande diversidade social estava presente nas regiões de concentração das altas rendas médias, correspondendo assim, a uma baixa segregação; o contrário ocorre com as concentrações de pobreza, que, mais homogêneas, apresentam alta segregação.

O presente momento da ocupação territorial da RMC é demarcado por um processo que, se por um lado é, ainda em boa medida, característico do modelo centro-periferia, por outro já apresenta peculiaridades, como a anteriormente mencionada, ou seja, a coexistência em uma mesma área com distintos estratos sociais. Talvez a idéia de Rolnik (1999), para outro período e contexto, sobre o fato de que “as distâncias morais suprem as distâncias físicas”, possa ser uma boa referência para o caso da metrópole em questão. Vejamos, portanto, alguns indicadores da segregação sócioespacial da RM de Campinas.

Nos trabalhos sobre a segregação residencial relativos à raça nos Estados Unidos, Massey e Denton sugerem o uso de cinco diferentes aspetos de segregação - *evenness*, *exposure*, *concentration*, *centralization* e *clustering* (Massey e Denton, 1988, Massey e Denton, 1989, Massey e Denton, 1993). *Evenness* (igualdade ou homogeneidade numa tradução livre) diria respeito à distribuição espacial onde um grupo social poderia estar *sobre ou sub-representado* se comparado à sua proporção no total da população. Embora os outros aspectos sejam também de interesse, optou-se neste momento por utilizar somente esta primeira dimensão da segregação - aqui mensurada pelo índice de dissimilaridade -, deixando os demais para trabalho futuros.

Como era de se esperar, tanto em 1991 como em 2000 os índices de dissimilaridade mais elevados foram observados quando da comparação da segregação residencial dos mais ricos (mais de 10 salários mínimos) e os mais pobres (sem rendimento). Assim, para que houvesse uma distribuição espacial semelhante destes dois grupos em 1991, cerca de 65,39% dos domicílios onde o chefe recebia um rendimento de mais de 10 salários mínimos teriam que sair de setores

censitários onde a maioria dos domicílios pertencia a este estrato social e mudar para setores censitários onde a maioria dos domicílios apresentasse chefes sem rendimento; este índice foi praticamente o mesmo em 2000, 65,07%. Embora os outros índices, comparando pares de categorias de renda, tenham sido menores, os dados (não mostrados aqui) dão conta de níveis significativos de segregação social na Região Metropolitana entre todos os grupos em 1991 e 2000 tendo variado de 24,74% (da comparação entre chefes com menos de 1 SM e entre 1 a 5 SM) até 0,6641 (chefes com menos de 1 SM contra aqueles com mais de 10 SM). É também interessante notar que de 1991 a 2000 não ocorreram grandes alterações nos níveis de segregação, muito embora valha a pena mencionar o aumento desta na comparação das categorias chefes com mais de 10 SM e aqueles com até 5 SM, o que reflete, de certa forma, a forte “gentrificação” observada na porção leste da região. Também chamou a atenção do aumento do índice no caso da comparação entre o grupo de menos de 1 SM e o grupo de 5 a 10 SM.

Os índices apresentados anteriormente foram calculados para a Região Metropolitana de Campinas com um todo, o que implica que estes podem mascarar diferenças entre sub-regiões dentro da RMC que possuam uma maior ou menor segregação. Assim sendo, e tendo em vista a já constatada “divisão” que existe na região demarcada pela Rodovia Anhanguera, decidiu-se realizar novamente o cálculo do índice desta vez tomando em conta esta subdivisão regional. Como esperado os resultados foram bem distintos, como se pode apreciar na Tabela 6.

Tabela 6
Índice de Dissimilaridade, segundo estratos de renda
Região Metropolitana de Campinas, 2000

Como se percebe, para 2000, os níveis de segregação nestes dois territórios são marcantes. Na porção norte da via Anhanguera (região nordeste e sudeste), o índice de 19,14% revela que apenas este percentual de chefes de domicílio mais ricos teriam de mudar de setor censitário para se chegar a uma distribuição igualitária com relação aos domicílios mais pobres. Já na porção ao sul da Anhanguera (região sudoeste, oeste e noroeste), este valor chega a 63,20%! Este mesmo padrão se observa nas comparações entre todos os grupos sociais. Este resultado indica um alto nível de homogeneidade (ou seja, segregação) na região que fica ao sul da Anhanguera, zona que, como se mostrou, corresponde às ocupações da

população de mais baixa renda. Por outro lado, na área que abriga a “cordilheira da riqueza”, percebe-se um alto nível de heterogeneidade na ocupação de espaço em termos socioeconômicos.

Isto confirma a nossa conclusão anteriormente mencionada de que na RMC o espaço ocupado pela “cordilheira de riqueza” é extremamente mais heterogêneo do que o espaço onde fica a “cordilheira de pobreza”.

V. Considerações finais

O debate sobre o tema da segregação sócioespacial e sua importância tem sido motivo de muitos debates (Neru, 2004), não apenas no sentido de aferir a sua relevância analítica como objeto de estudo, mas também os ganhos que este tipo de discussão poderia trazer para o planejamento urbano e para a proposição de políticas públicas.

Desde discussões sobre como qual seria a melhor variável para captar tal segregação (Préteceille, 2004) até que tipo de estudos (comparativos, diacrônicos etc.) deveriam ser realizados, este tema tem sido cada vez mais enfatizado nos estudos urbanos. De um lado, porque conhecer as especificidades do tecido urbano em níveis mais desagregados que o conjunto do município informaria melhor onde estariam os problemas mais imediatos a serem enfrentados, e de outro porque os dados e a tecnologia atuais facilitam sobremaneira esta tarefa.

Contudo, talvez o mais importante a tomar em conta neste tipo de estudo seriam as conseqüências do processo de segregação, assim como os seus condicionantes mais diretos. No primeiro caso, a correlação existente entre a precariedade em termos de infra-estrutura e a segregação da população mais carente torna o processo – já pernicioso pelo isolamento social (Kaztman, 2001) a que os pobres são submetidos pelas distâncias de suas residências – ainda mais complexo. No segundo caso, conhecer e identificar tais condicionantes permitiria uma melhor atuação no sentido, não de evitar, mas talvez de reduzir os impactos do fenômeno.

No caso deste estudo, além da consideração das características que o processo de segregação sócioespacial assume na emergente Região Metropolitana de Campinas, também avançou-se nas condicionantes demográficas deste processo.

Sendo assim, pode-se mostrar como os processos demográficos, em especial os migratórios, são fundamentais para entender as “faces” da segregação observadas na metrópole. Tanto a migração intrametropolitana quanto uma de suas conseqüências, a mobilidade pendular, permitem que mesmo em condições de precariedade, às vezes em níveis desumanos, os “cidadãos metropolitanos” possam permanecer na metrópole que, via de regra, não lhe faculta o “direto à cidade”.

Nestes termos, conhecer as direções para onde se expande a região, para onde rumam as pessoas e de que forma o espaço metropolitano vai sendo apropriado por uns e impostos a outros, é um desafio para quem deseja não apenas entender, mas intervir nos destinos de uma grande aglomeração, ainda sustentável, como é o caso de Campinas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, D. M.; PACHECO, C. A. A trajetória econômica e demográfica da Metrópole nas décadas 70-80. In: Fundação SEADE. **São Paulo no limiar do século XXI**. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

BADARÓ, R. S. C. **O plano de melhoramentos urbanos de Campinas (1934-1962)**. São Carlos, 1986. 276f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos.

BAENINGER, R. **Crescimento das cidades, regionalização e reestruturação urbana no eixo da Hidrovia Tietê-Paraná**. Campinas: NEPO/UNICAMP, fev.2004. (Relatório de Pesquisa)

_____. **Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.

_____. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas, 1992. 212f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BRITO, J. **História da cidade de Campinas**. Campinas: Saraiva, v.1-v.42, 1969.

CAIADO, M. C. S. O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na Região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Subsídios para a discussão do Plano Diretor**. Campinas, 1991.

_____. **Almanache de Campinas**. Campinas, 1900.

CANO, W. **O processo de interiorização da indústria paulista**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1-3, 1988.

_____. (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.1, 1988a.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.

CUNHA, J. M. P. da. Intraregional mobility in the context of migratory changes in Brazil between 1970 and 1991: the case of the São Paulo Metropolitan Region. In: HOGAN, D. J. (Coord.). **Population Change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

_____.; BAENINGER, R. Processo de metropolização e migração: uma análise comparativa entre a Região Metropolitana de São Paulo e Campinas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.8, n.4, out./dez.1994.

_____. Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitano: o caso do Município de São Paulo. **Conjuntura Demográfica**, São Paulo, Fundação SEADE, n.22, 1993.

_____. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.17, n.3-4, jul./dez.2003.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, 1984. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DAVANZO, A. **A Região Metropolitana de Campinas: dinâmica socioeconômica e as perspectivas de gestão urbana**. Campinas: NESUR/IE/UNICAMP, 1992.

DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. A methodological analysis of segregation indices. **American Sociological Review**, Califórnia, v.20, 1955.

EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A. (EMPLASA). **Organização regional: Grande São Paulo, Campinas e Santos - Proposições/Fundamentos**. São Paulo, maio/jun.1990. (mimeo)

FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 1., 1978, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1978.

FIGUEIRA DE MELLO, F. Formação histórica de Campinas: breve panorama. In: CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Subsídios para a discussão do Plano Diretor**. Campinas, 1991.

FUNDAÇÃO SEADE. **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo: Fundação SEADE, 1993.

_____/DAEP. **Características da migração: capital e municípios da RMSP**. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. (Relatório de Pesquisa) (mimeo)

GOOTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1993.

HOGAN, D. J. et al. Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambiental: o caso de Campinas. In: _____ (Org.). **Migrações e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

IPEA/IBGE/NESUR/IE/UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas: IE/UNICAMP, v.1, 1999.

_____/INFURB/_____. **Instrumentos de planejamento e gestão urbana: São Paulo e Campinas**. Brasília, v.V. 4, 2002 Série gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano.

JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. Campinas, 2003. 220f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

JAKOB, A. A. E. As mudanças sócio-espaciais na Ilha de São Vicente nos anos 1990 e a possibilidade de novas regionalizações por meio de análises intra-urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.75, dec./2001.

_____. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social**. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). Disponível em: <www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos>

_____. et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)

_____. (Coord.). **Activos y estructura de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay**. Uruguay: PNUD-Uruguay/CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.

KELLER, E. C. S. As funções regionais e a zona de influência de Campinas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.31, n.2, 1969.

LAPA, J. R. A. **Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas**. Marília, 1966. (mimeo)

LUCO, C. A.; VIGNOLI, J. R. Segregação residencial em áreas metropolitanas da América Latina: magnitude, características, evolução e implicações na política. **Población y Desarrollo** 47, Santiago de Chile, 2003.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. **Estudos Urbanos** 10, São Paulo, Hucitec, 1996.

MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. **American apartheid: segregation and the making of the underclass**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

_____. Hypersegregation in U.S. metropolitan areas: black and hispanic segregation along five dimensions. **Demography**, Chicago, v.26, 1989.

_____. The dimensions of residential segregation. **Social Forces**, USA, v.67, n.2, 1988.

NEGRI, B. A interiorização da indústria paulista (1920-1980). In: Fundação SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.2, 1988.

NEPO/NESUR/UNICAMP. **Campinas metropolitana: diversidades sócio-espaciais**. Campinas, 2004. Atlas. (CD-ROM)

NERU. **Espaços & Debates**, São Paulo, v.25, n.45, 2004.

PACHECO, C. A.; SEMEGHINI, U. **A interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo: os casos de Campinas e Araraquara**. Campinas, Convênio FECAMP/UNICAMP, 1987. (Relatório Parcial de Pesquisa)

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana. **Espaços & Debates**, São Paulo, NERU, v.25, n.45, 2004.

_____. Divisão social e desigualdades: transformações recentes na Metrópole Parisiense. In: RIBEIRO, L. C. Q. **O futuro das Metrópoles**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

PUPO, C. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas, Publicações da Academia Campinense de Letras, n.20, 1969.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDA, J. Segregação residencial nas principais cidades Chilenas. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v.XXVII, n.82, 2001.

SASSEN, S. A nova economia urbana: a interseção dos processos globais com a localidade. In: _____. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1998.

SEMEGHINI, U. C. **Uma cidade e seu tempo: desenvolvimento econômico do Município de Campinas 1980-1990**. Campinas, UNICAMP, 1992.

TASCHNER, S.P.; BOGUS, L.M.M. A Cidade do Anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L.C.Q. (org.). **O futuro das metrópoles – desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.

TORRES, H. G. **Desigualdade ambiental em São Paulo**. Campinas, 1997. 256f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

VIGNOLI, J. R. **Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?** Proyecto Regional de Población de las Naciones Unidas. Santiago, Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)/División de Población, 2001. (Serie 16)

WILKES, R.; ICELAND, J. Hypersegregation in the twenty-first century. **Demography**, Chicago, v.41, n.1, 2004.

ZIMMERMANN, G. O Município no sistema tributário: os Municípios Paulistas e o caso de Campinas. In: Fundação SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.2, 1988.